

O GÊNERO EM SEMIÓTICA: tipos textuais e tipos discursivos

Rafael Martins Nogueira*
Karen Bernardo Viana**

Resumo: Concatenando uma resolução à problemática dos gêneros que visasse a sistematização de tipologias culturais, mas levando em conta o teor heurístico da Semiótica, Jacques Fontanille, em *Sémiotique et littérature* (1999), construiu um aparato de tipificação e classificação dos gêneros de modo englobante e menos contaminado por axiologizações. Assim, o teórico desenvolve uma metodologia objetivando a ausência de axiologias descritivas e aliada aos pressupostos epistemológicos da semiótica. Por isso, este trabalho tem como objetivo situar os gêneros em semiótica ao apresentar a proposta teórico-semiótica de Fontanille. Essa perspectiva, portanto, oferece suporte para os semioticistas operarem com a noção de gênero que foi suprimida durante os desenvolvimentos da teoria.

Palavras-chave: Gêneros; Semiótica; Texto; Discurso.

THE GENRE IN SEMIOTICS: textual types and discursive types

Abstract: By proposing a solution to the problem of genres that aimed at systematizing cultural typologies, but taking into account the heuristic content of Semiotics, Jacques Fontanille, in *Sémiotique et littérature* (1999), built an apparatus of classification and classification encompassing way of genres and less contaminated by values. Thus, the author develops a

* Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), e-mail: rafaelmnogueira@alu.ufc.br.

** Universidade Federal do Ceará (UFC), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), e-mail: karbviana@alu.ufc.br.

methodology that aims at the absence of valued descriptions together with the epistemological assumptions of semiotics. Therefore, this work aims to situate genres in semiotics when presenting Fontanille's theoretical-semiotic proposal. This perspective, therefore, supports semioticians in working with genders, an element that was suppressed during the theory's developments.

Keywords: Genres; Semiotics; Text; Speech.

Considerações Iniciais

Nos anos de 1980, A. J. Greimas tinha o hábito de dizer, em tom meio sério, meio jocoso, com uma certa autoironia na voz, que a semiótica era aquilo que nos impede de sair dizendo qualquer disparate. [...] Uma característica da semiótica, em meio aos campos de estudo afins, é sua determinação de manter um pacto entre, por um lado, o rigor metodológico [...] e, por outro, a relevância humana daquilo que tem a dizer. [...] Manter essa dupla exigência foi, no tempo de Greimas, e continua a ser hoje, um dos desafios da semiótica (LOPES, 2003, p. 65-66).

É complexo justificar a não adesão da noção de gênero na área da Semiótica, embora Greimas (1981) acreditasse que, com o desenvolvimento da análise semiótica, uma elaboração da tipologia dos gêneros surgiria. Ainda assim, é interessante que a semiótica, um campo que se dedica aos estudos da linguagem, com um rico aparato taxionômico, não tenha encontrado estímulo para investigação da problemática dos gêneros. Segundo Schwartzmann:

[...] os semioticistas, de uma forma geral, parecem ter contornado tal problemática ao centrarem suas análises especificamente em seus objetos, considerados, a priori e sem sombra de dúvidas, como cartas. Isto é, encontramos análises que dão conta de diversos aspectos do objeto sem necessariamente discutir a sua forma de existência em

uma dada cultura (ou seja, o seu pertencimento a um gênero específico) (2009, p. 56, grifo nosso).

Greimas, em meados dos anos 1970, já reconhecia, no prefácio de Maupassant (1993, p. 10), as classificações de textos frente às convenções culturais:

O estudo de um texto literário coloca inevitavelmente, de maneira mais ou menos explícita, o problema de sua situação no universo literário socioletal. Entendendo-se por “universos literários” classificações de textos correspondendo às dimensões de áreas culturais [...] tendo a forma de etno-taxionomias que articulam [...] o conjunto dos discursos em classes e subclasses e que regem, daí por diante, as produções posteriores dos novos discursos; e caso se pense que essas classificações “naturais” possam ser explicitadas e apresentadas como “teorias de gêneros”, vê-se que, tentando descrever um texto literário como o de Maupassant, é preciso começar por se perguntar em que medida não se descreve, ao mesmo tempo, um texto “realista” da prosa francesa do século XIX (GREIMAS, 1993, p. 10).

Nessa perspectiva, o gênero seria um gerador de textos, como também produto destes, transpassando a dimensão textual. Assim, “não somente não existe texto que seja a realização perfeita de um gênero, mas enquanto organização acrônica, o gênero é logicamente anterior a toda manifestação textual” (GREIMAS, 1993, p. 10).

Em *Semiótica e Ciências Sociais* (1981), ciente do princípio saussuriano – da *ilusão de positividade*, afirmava-se que, para se chegar a tipologias dos gêneros, seria necessário considerar os elementos estruturais do texto e suas relações com outros gêneros textuais de universos socioletais próprios. Pela descrição de identidades e diferenças, seria possível chegar à classificação de um texto pelo que não é e pelo que é. No entanto, como citado anteriormente, a dificuldade de resolução da problemática dos gêneros foi admitida, à época, como:

[...] o último objetivo de nossas análises. Na medida em que os critérios distintivos dos gêneros emergem ao mesmo tempo que os níveis ou os campos autônomos de análise que conseguimos reconhecer, pode-se dizer que os progressos da análise semiótica no seu conjunto aproximam-nos ao mesmo tempo da elaboração da tipologia dos gêneros (GREIMAS, 1981, p. 191).

Nos anos seguintes, ainda que relativamente marginal aos estudos semióticos, a noção de gênero é conceituada no *Dicionário de Semiótica*:

O gênero designa uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal. Estes podem provir quer de uma classificação implícita que repousa, nas sociedades de tradição oral, sobre a categorização particular do mundo, quer de uma “teoria dos gêneros” que, para muitas sociedades, se apresenta sob a forma de uma taxionomia explícita, de caráter não-científico. Dependente de um relativismo cultural evidente e fundada em postulados ideológicos implícitos, tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos que procura constituir-se a partir do reconhecimento de suas propriedades formais específicas (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 228).

Constata-se que o entendimento de gênero pouco avança entre o *Maupassant* e o *Dicionário* na intenção de sistematizá-los. A conceitualização entre as obras retoma a ideia de gênero como um universo socioletal de uma dada cultura.

Além disso, é possível observar a cisão entre “teoria dos gêneros” vs. “tipologia dos discursos”. Essa oposição implica taxionomias que dependem de “postulados ideológicos” vs. taxionomias baseadas em “propriedades formais”, remetendo ao pensamento de Hjelmslev, de caráter imanentista e estrutural.

A identificação do gênero, portanto, seria o caminho mais fácil na direção do procedimento analítico proposto por Hjelmslev. Vemos um exemplo disso na delimitação dos diversos gêneros literários que, ansiando por alguma categorização, valem-se sempre de dados localizados histórica e culturalmente (axiologicamente marcados), como, por exemplo, os “movimentos e escolas literários”, que na sua própria definição combinam características temáticas e composicionais (SCHWARTZMANN, 2009, p. 63).

Desse modo, a semiótica francesa alinha-se aos “caracteres semióticos generalizáveis do texto” (GREIMAS, 1993, p. 12) e seu reconhecimento e sua apreensão na profundidade do objeto investigado. Ainda assim, Greimas contribui relevantemente para a problemática delineando uma perspectiva interessante para a noção de gêneros:

[...] o número e a pertinência dos critérios de classificação dependem, definitivamente, do número e sobretudo da pertinência dos níveis de análise (ou instâncias de geração das narrativas) que conseguiremos com certeza distinguir (GREIMAS, 1976, p. 190).

Caracterizações como “fantástico e maravilhoso, realista e surrealista” direcionam para uma tomada de posição frente à “teoria dos gêneros que se fundamenta em taxionomias não-científicas, concernentes a postulados ideológicos”. Dessa forma, criam-se aparatos teórico para uma sistematização partindo de um universo socioletal e de axiologizações no interior de uma cultura (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 228).

Por isso, cabe o questionamento quanto às formas concebidas como gêneros (carta, bula, romance, e-mail...) em que se identifica certa organização textual que remete a propriedades formais. Contudo, a caracterização mediante elementos discursivos, textuais e socioculturais, segundo Schwartzmann:

Não nos parece muito eficiente na busca de uma sistematização, já que são elementos de grandezas distintas comparados entre si de maneira aleatória. Com esse tipo de abordagem “mista” e heterogênea, em que não se definem bem os níveis de pertinência, portanto, acreditamos que o analista pise em um terreno certamente vasto, porém pouco produtivo do ponto de vista de uma teoria semiótica da linguagem (2009, p. 64).

Isto é, como aponta Fontanille:

Se se busca distinguir os gêneros entre eles, rapidamente percebe-se que as variáveis que lhes concernem mudam o tempo todo e, em particular, de nível de pertinência. Por exemplo, o romance e a novela parecem se distinguir pela sua duração, mas a própria duração, baseada na capacidade do discurso de se estender e de se condensar, não tem efeito sobre a forma do conteúdo e as modalidades da representação (1999, p. 159-160).

De acordo com Portela e Schwartzmann (2012), a crença de que, ao passo que se desenvolvesse o aparato teórico greimasiano, se desenvolveria, por conseguinte, a noção de gênero, pode ter sido suficiente para inibir os semioticistas a “empregarem a noção de gênero e sobre ela refletirem por algumas décadas”.

Atualidade na Noção de Gênero em Semiótica

Aparentemente, a afirmação de Greimas, em *Maupassant* (1993), influenciou o modo como os semioticistas tratariam o gênero, pois, “não raramente, ouve-se de semioticistas experimentados que a semiótica não trata sobre o gênero ou que essa noção não seria operatória em semiótica” (SCHWARTZMANN, 2012, p. 93). Muito embora, seja pertinente apontar que há, por conta da ausência de um aparato

categorial-teórico para lidar com os gêneros, trabalhos em semiótica com as postulações provenientes de Bakhtin e *os gêneros do discurso*.

Isto não quer dizer, evidentemente, que não se possa tentar definições operatórias, provisórias, procurando reunir em corpus um certo número de “gêneros” empíricos (os gêneros menores por exemplo) para reconhecer aí propriedades específicas e diferenciadoras (GREIMAS, 1981, p. 192).

Portanto, seja no aproveitamento teórico ou do aporte de Bakhtin, como no caso, por exemplo, de Glaucia Lara (2010a, 2010b), ou na semiotização desse aporte abordando a problemática dos gêneros via as práxis enunciativas, como em: Gomes (2009), Teixeira (2012), Discini (2009, 2010a, 2010b, 2012), Pereira (2013, 2014, 2015, 2017), “não seria exagero dizer que a recusa ao estudo da problemática do gênero em semiótica teve consequências palpáveis para o desenvolvimento institucional da teoria” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 93).

Concatenando uma resolução à problemática dos gêneros que visasse a sistematização de tipologias culturais, mas levando em conta o teor heurístico da Semiótica e objetivando a ausência de axiologias descritivas, Fontanille construiu um aparato de tipificação e classificação dos gêneros, como se observa no próximo tópico.

A Noção de Gênero na Proposta Fontanilliana

A teoria Semiótica greimasiana deve ser concebida como um percurso, como uma atividade de construção ou, melhor ainda, como um projeto coletivo de construção teórica. Refazendo-se, retificando-se, consertando-se, modificando-se, desenvolvendo-se, assim pensamos a semiótica (BARROS, 1995, p. 81).

Como observado anteriormente, caracterizações baseadas em taxionomias não-científicas, atreladas a postulados ideológicos e axiologizações culturais de um universo socioletal, implicam uma ineficiente sistematização de “elementos de grandezas distintas comparados entre si de maneira aleatória” (SCHWARTZMANN, 2009, p. 64). De outro modo, basta lembrar que, ao tentar descrever “um texto literário como o de Maupassant, é preciso começar por se perguntar em que medida não se descreve, ao mesmo tempo, um texto “realista” da prosa francesa do século XIX” (GREIMAS, 1993).

Esse tipo de caracterização compromete o trabalho do analista. O que fazer quando nos deparamos, por exemplo, com uma obra que exalta os valores e os heróis nacionais? Falaremos do nacionalismo da primeira fase romântica ou confundir-nos-íamos com uma produção do modernismo? Conseqüentemente, mais problemas surgem desse tipo de sistematização, basta observar o caso da limitação temporal dos movimentos ideológicos, visto que os valores socioculturais variam de acordo com o tempo e a cultura e a visão de gênero a partir de sua temática, ao se abdicar do texto em favor do discurso, na medida em que gênero não é só conteúdo.

Assim, Fontanille, em *Sémiotique et littérature* (1999), desenvolve uma metodologia para a tipificação e classificação dos gêneros de modo englobante e menos contaminado por axiologizações. O aparato metodológico demonstra funcionalidade não só para os gêneros literários, como também para os gêneros não-literários, o que revela seu grau de produtividade e de operacionalidade.

Para o autor, os gêneros seriam o encontro entre um tipo textual e um tipo discursivo (1999, p. 162). São objetos semióticos ambivalentes que comportam propriedades discursivas e propriedades textuais concomitantemente, revertendo-se em uma composição distinta dos demais gêneros por meio do estabelecimento de uma isotopia dessas

propriedades em conjunção. É através desse arranjo particular em uma isotopia que se pode caracterizar um gênero.

Desse modo, pode-se pensar que, de uma maneira geral, o discurso deve buscar uma “monoisotopia”, para que possa ter coerência. Já o texto acaba sendo apresentado sob uma forma “pluri-isotópica”. Trata-se de um princípio de classificação ligado à elasticidade do discurso: uma única organização discursiva pode dar lugar a diversos tipos de textos (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012, p. 76).

Sendo a isotopia de propriedades o meio de caracterizar os gêneros, sua apreensão se dá pela observação dos seguintes elementos:

Figura 01 – Dimensões de negociação.



Fonte: elaboração nossa.

Coesão, Coerência e Congruência

Conforme Fontanille (1999), a coerência caracteriza o discurso; a coesão, o texto; e a congruência é a união dos dois. Essas três dimensões de “negociação” resultam em um determinado gênero que se situa entre o texto e o discurso.

Quadro 01 – Conceituações dos elementos

ELEMENTO:	CONCEITUAÇÃO:
COESÃO	Refere-se às organizações textuais em seqüências e às hierarquizações dos mecanismos de constituição da unidade do texto, por exemplo, rimas, simetrias, parágrafos, paralelismos e outros.
COERÊNCIA	Refere-se à intencionalidade do discurso, é responsável por evidenciar a significação global discursiva sendo o lugar dos universos de sentido.
CONGRUÊNCIA	Refere-se à instância que rege e regula a coesão e a coerência. É um rastro da enunciação que se responsabiliza pela geração do efeito global da totalidade de sentido.

Fonte: Adaptado de Fontanille (1999, p. 18).

Dessa forma, os tipos textuais podem ser caracterizados através de constantes do plano da expressão e sua coesão, enquanto os tipos discursivos são caracterizados através do plano do conteúdo e sua coerência.

Tipos Textuais

Consoante à caracterização dos tipos textuais, Fontanille (1999, p. 163) propõe uma classificação segundo dois critérios:

- (1) longo vs. breve
- (2) aberto vs. fechado

A primeira classificação: (1) *longo vs. breve* se refere à existência de uma norma sociocultural em uma escala de avaliação externa que se manifesta na escrita instaurando uma temporalidade interna da enunciação quanto à duração da história ou do acontecimento narrado.

A segunda classificação: (2) *aberto vs. fechado* se refere às relações entre as unidades de leitura e as unidades de edição: quando

não estão vinculadas, como no caso do poema ou da máxima. Isso significa que o texto está aberto em um sentido, para a série, e pode ser fechado por diferentes razões; por exemplo, devido ao efeito de marcas de fechamento formais, como é o caso do soneto. A unidade de leitura é que concede sentido ao todo textual, e a unidade de edição é formada pela escolha de certas constantes da expressão. A abertura e o fechamento se dão pela coincidência ou não-coincidência entre as unidades de leitura e unidades de edição.

Quadro 02 – Coincidências ou não-coincidências.

COINCIDÊNCIA	TEXTO FECHADO	As unidades coincidentes determinam um texto fechado, em que a leitura só poderá ser realizada dentro de um todo significativo.
NÃO-COINCIDÊNCIA	TEXTO ABERTO	As unidades não-coincidentes determinam um texto aberto, em que a leitura só poderá ser realizada considerando as partes em conjunto.

Fonte: elaboração própria.

Através da combinação de (1) *longo vs. breve* e (2) *aberto vs. fechado* é que se pode obter as quatro propriedades principais dos tipos textuais que são:

Quadro 03 – Tipos textuais.

	<i>Longo</i>	<i>Breve</i>
<i>Aberto</i>	Recursividade	Fragmentação
<i>Fechado</i>	Desdobramento	Concentração

Fonte: Adaptado de Fontanille (1999, p. 18).

Procedendo às articulações temos:

(a) *Recursividade* [longo e aberto] – se refere aos romances que permitem a reativação e o encaixe indefinidos das estruturas textuais,

por exemplo: saga (roman-fleuve), romances em séries (ou volumes), telenovelas e o poema épico;

(b) *Desdobramento* [longo e fechado] – em suma, explora todas as possibilidades de expansão textual; se refere aos tipos textuais que permanecem sob um controle de esquema respeitado globalmente, resultando em um fechamento (ou encerramento) do texto; por exemplo, filmes, contos, peças teatrais, o romance policial, que se limitam a uma organização canônica de busca, investigação ou drama, são exemplos típicos.

(c) *Fragmentação* [breve e aberto] – se refere aos tipos textuais restritos apenas a uma leitura sob um único ponto de vista em que se configura limitado e lacunar; oferecem nada além de uma visão limitada e lacunar de seu próprio referente, história, cena ou pensamento, e que dão uma impressão de incompletude; o folhetim, biografia (as memórias), o gênero epistolar são bons exemplos.

(d) *Concentração* [breve e fechado] – se refere aos tipos textuais que apresentam um espaço textual reduzido, mas guardando seu máximo significativo; por exemplo, a piada, o romance curto, o soneto ou a máxima lhe devem sua eficácia.

Tipos Discursivos

Quanto à caracterização dos tipos discursivos, Fontanille (1999, p. 164) propõe uma classificação segundo dois critérios: (1) *modalidade da enunciação*, e (2) *axiologias e formas de avaliação do discurso*. O primeiro critério aborda os contratos entre sujeitos, tipos de atos de linguagem e modalizações dominantes; e o segundo critério trata dos valores, condições de atualização dos valores e conhecimento no discurso. Quanto ao primeiro critério, as modalizações arranjam-se em quatro pares:

Quadro 04 – Modalizações.

	<i>Crenças</i>	<i>Motivações</i>	<i>Aptidões</i>	<i>Efetações</i>
<i>2 actantes</i>	Assumir	Querer	Saber	Ser
<i>3 actantes</i>	Aderir	Dever	Poder	Fazer

Fonte: Adaptado de Fontanille (1999, p. 164).

No quadro 04, temos como as relações entre duas modalidades possibilita a definição de um ato de linguagem típico:

Quadro 05 – Atos de linguagem.

Modalizações	Assumir e aderir	Querer e dever	Saber e poder	Ser e fazer
Atos de linguagem	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Fonte: Adaptado de Fontanille (1999, p. 164).

É possível, por meio das modalidades dominantes, identificar subtipos de atos de linguagem (persuasivo, incitativo, de habilitação e de realização). Dentro de cada tipo, a modalidade dominante define subtipos. Por exemplo, nas modalizações do querer e dever, que caracterizam o discurso incitativo, quando a modalidade a dominar for o dever, instaura-se um discurso prescritivo (como o da bula de remédio, por exemplo).

Nas modalizações do saber e poder, que caracterizam o discurso de habilitação, quando a modalidade a dominar for o saber, instaura-se um discurso informativo (manuais de eletrônicos, por exemplo). Se predominar o arranjo modal saber-fazer, instaura-se um discurso de aprendizagem (manuais didáticos, por exemplo).

Nas modalizações do ser e fazer, que caracterizam o discurso de realização, quando a modalidade a dominar for o ser, instaura-se um discurso que evoca uma presença. Se a modalidade a dominar for o fazer, instaura-se um discurso performativo.

Dessa forma, não seria útil multiplicar tipos e suas designações indefinidamente. Basta o princípio de uma classificação modal e uma categoria de ato de linguagem para determinar um tipo de discurso qualquer. Por conseguinte, o segundo critério, de acordo com Fontanille (1999, p. 166), intenciona a compreensão da intensidade de adesão e da extensão dos valores, isto é, se é forte ou fraca a intensidade da adesão dos sujeitos ou de suas reações advindas da exposição dos valores que podem ser suscitadas e a extensão (ou quantidade), restrita ou ampla, das manifestações concretas dos valores no discurso:

Quadro 06 – Axiologias.

		<i>Intensidade de adesão</i>	
		<i>Forte</i>	<i>Fraca</i>
<i>Extensão e quantidade</i>	<i>Restrito</i>	Valores exclusivos	Valores discretos
	<i>Ampla</i>	Valores participativos	Valores difusos

Fonte: Adaptado de Fontanille (1999, p. 166).

Procedendo às articulações, tem-se a combinação da intensidade com a extensão que propicia os variados tipos discursivos (FONTANILLE, 1999, p. 167):

(a) *Valores exclusivos* [forte intensidade e extensão restrita] – se referem a valores que convergem para valores absolutos presentes em discursos que focam e valorizam uma temática, uma figura, uma atitude etc., e frequentemente se colocam como censuradores de atitudes, como um purificador sistemático da moral e dos costumes,

como em geral costumam fazer discursos moralistas; o discurso militante, o romance de tese e o gênero polêmico se encaixam nesse tipo de discurso (1999, p. 166).

(b) *Valores discretos* [fraca intensidade e extensão restrita] – se referem a valores que convergem à nulidade. Comumente desvalorizam ou enfraquecem valores; são pouco abrangentes e assumidos muito fragilmente. Valores discretos constituem a versão fraca dos valores exclusivos, no sentido em que tendem, em última análise, a valores nulos, pouco difusos e pouco assumidos.

Os tipos de discurso que os utilizam geralmente apontam para a desvalorização ou enfraquecimento dos valores aceitos ou acordados; gêneros humorísticos e, em particular, a zombaria cínica de Diógenes, são bons exemplos. Mas o moralismo de La Rochefoucault ou o teatro do absurdo, com outro estilo, também participam de tais discursos (FONTANILLE, 1999, p. 166).

(c) *Valores participativos* [forte intensidade e extensão ampla] – se referem a uma concentração máxima de valores que equipara axiologicamente temas e figuras. Os valores participativos tendem a uma disseminação máxima de todos os valores em todos os compartimentos do discurso; a adesão aos valores não sofre impacto devido à extensão de seu campo de aplicação; pelo contrário, é cada vez mais reforçado.

Uma saturação semelhante, típica do otimismo, carrega um peso axiológico igual à maioria dos temas e figuras utilizados: o romance sentimental, talvez até o discurso romântico em geral, parece estar nesse caso (1999, p. 166-167).

(d) *Valores difusos* [fraca intensidade e extensão ampla] – se referem a valores que convergem para discursos mais “realistas” com fraca adesão, caracterizam-se por discurso pouco assumido e uma grande difusão de valores, por exemplo, a ficção realista.

Os valores difusos têm a particularidade de serem tão onipresentes quanto os anteriores, mas com um baixo nível de adesão. Isso seria de certa forma a versão “razoável” e “realista” dos valores participativos: o discurso é então mais distanciado, assumido fracamente, mas sem exclusões, e assegura aos valores uma difusão importante, porém monótona.

Os gêneros realistas tendem a atingir esse objetivo, embora nem sempre o consigam: quando se ressalta que Proust nunca adota outro ponto de vista que não o da classe dominante, os limites de seu “realismo” são evidentes. Por outro lado, quando se observa que Balzac, apesar de suas opiniões conservadoras, destaca todas as contradições de seu tempo, presta homenagem ao caráter “difundido” e “participativo” dos sistemas de valores que coloca em cena. O texto de G. Pérec, uma tentativa de esgotar um lugar parisiense, assim como muitos outros ensaios românticos contemporâneos, ilustra perfeitamente esse estado difuso e pouco assumido de valores no discurso (1999, p. 167).

A ambiguidade que decorre da diferenciação de tipos textuais e tipos discursivos, para Fontanille, advém das combinações entre gêneros, havendo uma possibilidade de “contaminação” na projeção de valores. Segundo Fontanille (1999), o status particular da ficção, como proposta para um mundo possível com suspensão da incredulidade, deve ser questionado à luz dessa tipologia de valores discursivos. Na medida em que exige mais ou menos fortemente a adesão do leitor, a ficção obedecerá ao tipo “participativo” ou ao tipo “difuso”.

A distinção entre tipos textuais e tipos discursivos permite superar uma ambiguidade: o romance e o romântico, a tragédia e o trágico, a epopeia e o épico; o nome designa um gênero, que associa as propriedades de um tipo de textual e um tipo discursivo; o adjetivo, possivelmente nominalizado, por outro lado, designa apenas o tipo discursivo, independentemente do tipo de texto em que ocorre,

e que, portanto, pode “contaminar” outros gêneros, combinando-os com outros tipos de textuais. Nesse sentido, pode-se falar então da dimensão trágica de um poema, da dimensão épica de um romance. Assim, o tipo discursivo projeta fora de sua esfera genérica suas formas enunciativas, seus valores, ainda mais genericamente, sua concepção de mundo e a forma de seu imaginário (FONTANILLE, 1999, p. 167).

De acordo com o autor, a história das denominações genéricas oferece vários exemplos de tais deslocamentos. O caso mais frequente é aquele em que o nome de um gênero começa designando um tipo de textual (o romance, por exemplo) para designar um gênero completo e, finalmente, o tipo discursivo, torna-se autônomo e nômade (o romântico).

Na mesma situação, embora inversa, está o brasão de armas, que, depois de ter sido, de início, um tipo discursivo (discurso temático, depois discurso de louvor), tornou-se um gênero autônomo (o brasão do corpo feminino do século XVI), que compreende regras textuais (como série de metáforas) (1999, p. 167-168). Essa última observação permite complementar a definição de gênero: de fato, o gênero deve incluir não apenas o ajuste de um tipo de textual com um tipo discursivo, mas também com os outros tipos discursivos que os dois primeiros toleram.

O ajuste entre um tipo textual e um tipo discursivo pela combinação de suas propriedades constitui a congruência. Se uma semiótica-objeto estiver congruente (tipo textual e o tipo discursivo estão em harmonia e concordância), presente em uma determinada cultura, conforme as regras de funcionamento (de sua produção como gênero) e seu uso (circulação), tem-se, então, uma semiótica-objeto acabada.

Considerações Finais

A noção de gênero proposta por Fontanille (1999) se dá no nível do texto-enunciado, como um todo de significação que possui um plano da expressão e um plano do conteúdo. Se formado congruentemente:

Um gênero será definido:

1. Devido à sua extensão relativa e pelo andamento de sua enunciação.
2. Pela sua forma aberta ou fechada, do ponto de vista da produção, edição e leitura.
3. Pelos dominantes modais da enunciação, pelos atos da linguagem e pelas relações intersubjetivas que ela implica.
4. Pelos valores que aceita e coloca em circulação, e pelas condições necessárias para fazê-lo.
5. Por tipos discursivos “nômades” e complementares que ele tolera (FONTANILLE, 1999, p. 168, tradução nossa)¹.

A proposta do autor faz frente à problemática do gênero que oferece tipologias à disposição do analista e disponíveis para ampliação e estudo, “com vistas a uma semiótica do discurso que não se omita em relação aos gêneros” (PORTELA; SCHWARTZMANN, 2012).

¹ Un genre se définira donc: 1 – Par sa longueur relative et le tempo de son énonciation ; 2 – Par sa forme ouverte ou fermée, du point de vue de la production, de l’édition et de la lecture ; 3 – Par les dominantes modales de l’énonciation, les actes de langage et les relations intersubjectives qu’il implique; 4 – Par les valeurs qu’il accepte et qu’il met en circulation, et les conditions requises pour ce faire ; 5 – Par les types discursifs « nomades » et complémentaires qu’il tolère (FONTANILLE, 1999, p. 168).

Referências Bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Sintaxe narrativa. *In*: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: Educ, 1995. p. 81-98.
- DISCINI, Norma. Semiótica: da imanência à transcendência (questões sobre o estilo). **Alfa**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 595-617, 2009.
- DISCINI, Norma. Da presença sensível. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 1-28, dez. 2010a.
- DISCINI, Norma. Discurso, gênero e estilo. *In*: BASTOS, N. B. (org.). **Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional**. São Paulo: EDUC, IP-PUC-SP, 2010b. p. 209-223.
- DISCINI, Norma. Para o estilo de um gênero. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 75-94, jul./dez. 2012.
- FONTANILLE, Jacques. **Sémiotique et littérature**. Essais de méthode. Paris: PUF, 1999.
- GOMES, Regina Souza. Gêneros do discurso: uma abordagem semiótica. **Revista de Linguística Alfa**, v. 53, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2132>. Acesso em: 29 out. 2019.
- GREIMAS, A. J. **Semiótica e ciências sociais**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GREIMAS, A. J. **Semiótica e ciências sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981.
- GREIMAS, A. J. Maupassant. **A semiótica do texto: exercícios práticos**. Trad. Teresinha O. Michels e Carmen L.C.L. Gerlach. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COUTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.
- LARA, Gláucia Muniz Proença *et al.* **Transgredindo os gêneros do discurso: entre a teoria e a prática**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2010a.
- LARA, Gláucia Muniz Proença. Gêneros do discurso: entre a rotina e o acontecimento. **XXV Enanpoll**, UFMG, 2010b.
- LOPES, Ivã Carlos. Entre expressão e conteúdo: movimentos de expansão e condensação. **Itinerários**, Araraquara, n. especial, p. 65-66, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2672/2377>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PEREIRA, D. R. M. **Semiótica e ensino**: ajustamentos sensíveis em gêneros digitais da esfera educacional. 2013. 277f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, D. R. M. O estilo dos gêneros digitais. **Estudos semióticos**. [online]. v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/90146>. Acesso em: 15 out. 2019.

PEREIRA, D. R. M. Estilo do blog educacional. **Estudos da lingua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 91-114, dez. 2015. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/474/427>. Acesso em: 15 out. 2019.

PEREIRA, D. R. M. Um estudo dos gêneros orais aula espetáculo e aula show. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 199-235, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/40261/21548>. Acesso em: 15 out. 2019.

PORTELA, J. C.; SCHWARTZMANN, M. N. A noção de gênero em Semiótica. In: PORTELA, Jean Cristtus *et al.* **Semiótica**: identidade e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-95.

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. **CARTAS MARCADAS Prática epistolar e formas de vida na correspondência de Mário de Sá-Carneiro**. 2009. 293 p. Tese (Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

TEIXEIRA, Lucia. Gêneros orais na escola. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012.